

O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO E AS POLÍTICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS SOB A PERSPECTIVA DA GOVERNANÇA

Rosiane Dias Rodrigues – Universidade de Brasília – rosidr@gmail.com

Introdução

O presente estudo objetiva evidenciar a necessidade da pesquisa em educação sobre o tema da governança das políticas públicas de ações afirmativas para o ensino superior brasileiro e ainda relacionar as possíveis contribuições desses estudos para o atingimento das metas do Plano Nacional de Educação (PNE) relacionadas a esse nível de ensino.

Tem destacada relevância social a implementação de ações afirmativas, em especial a modalidade das cotas raciais, para ingresso de estudantes negros no ensino superior público, tanto no nível de graduação como de pós-graduação. Pode-se dizer que a política de cotas raciais tem sido uma importante ferramenta para a democratização do ensino superior brasileiro. Borges e Bernardino-Costa (2022) afirmam que as universidades brasileiras “hegemonizam a produção do conhecimento e o lugar de enunciação típico da branquidade”. Assim, proporcionar o ingresso e a permanência da população negra na universidade, historicamente alijada desse espaço, confere as condições para a diversificação de propostas, de projetos de pesquisa, que podem se voltar mais aos interesses das populações negra, indígena, quilombola.

Como política pública, é crucial pensar na implementação de cotas raciais pelo viés dos princípios de governança para o setor público, visando a busca dos resultados pretendidos e fortalecendo a confiança da sociedade nas ações. Hyden, Court e Mease (apud CUENCA, 2020) defendem que governança “é a maneira de gerir as regras, formais e informais, do jogo político nas instituições, estatais e privadas, perseguindo objetivos públicos”. Em prol do atendimento às reivindicações da sociedade, como é o caso da luta antirracista, deve-se considerar o papel da governança, então.

Observa-se que o PNE atual contempla a discussão das relações étnico-raciais na educação. Tal preocupação se alinha às colocações de Gomes e Jesus (2013), para quem a aprovação e implementação da Lei nº 10.639, de 2003, por exemplo, “sinaliza avanços na efetivação de direitos sociais educacionais e implica o reconhecimento da necessidade

de superação de imaginários, representações sociais, discursos e práticas racistas na educação escolar”.

Este estudo visa entrelaçar os temas *política de cotas raciais, governança e contribuições ao PNE*, evidenciando a necessidade da pesquisa em educação.

Desenvolvimento

Com o objetivo de identificar as características, tendências e relações estabelecidas no campo das políticas de cotas raciais sob o olhar da governança, este estudo partiu da bibliometria do tema.

Em seguida, procedeu-se a análise documental e análise de conteúdo (BARDIN, 1977) do PNE, para identificação dos trechos referentes à discussão das relações étnico-raciais na educação.

Conclusões

As políticas de ações afirmativas vêm se instalando nas universidades públicas, em resposta às reivindicações da sociedade por igualdade racial. Os conceitos e práticas de governança vêm se consolidando, muito em resposta também às demandas públicas por eficácia e transparência das políticas públicas. Vê-se como importante a união desses temas, visando a aplicabilidade da política de cotas raciais de forma mais eficiente.

No entanto, foi possível notar, nesta pesquisa, que os estudos que empregam o olhar da governança sobre as políticas públicas de ações afirmativas são ainda incipientes ou mesmo inexistentes, o que destaca a importância de iniciativas de pesquisa no tema.

Observa-se que o PNE demonstra preocupação com as questões étnico-raciais, ainda que com lacunas. Entende-se que, analisando-se as políticas de ações afirmativas empregadas na educação superior brasileira sob a ótica dos princípios de governança pública, pode-se verificar em que medida tais ações podem colaborar com o atingimento das metas do PNE.

Referências

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Edições 70 Ltda, 1977.

BORGES, Antonádia.; BERNARDINO-COSTA, Joaze. **Dessenhorizar a academia: ações afirmativas na pós-graduação**. *Mana*, v. 28, n. 3, p. e2830401, 2022.

CUENCA, R. El futuro de los sistemas educativos en clave de gobernanza. Una introducción. **Revista Iberoamericana de Educación**, v. 83, n. 1, p. 9-11, 14 may 2020.

GOMES, Nilma Lino; JESUS, Rodrigo Ednilson. As práticas pedagógicas de trabalho com relações étnico-raciais na escola na perspectiva de Lei 10.639/2003: desafios para a política educacional e indagações para a pesquisa. **Educação em Revista**, Curitiba, n. 47, p. 19-33, mar. 2013. <https://www.scielo.br/j/er/a/QFdpZntn6nBHWPXbmd4YNQf/?lang=pt>